

O Olhar do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) sobre o Jornal Terra Livre (1949-1964).

Rafael Sandrin da Cruz

Resumo: Este trabalho tem como objetivo, analisar as investigações desenvolvidas pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), sobre o Jornal Terra Livre. Entre os anos de 1949 e 1964 em cidades do interior paulista, propícias a sua circulação. O recorte temporal delimitado compreende a existência deste periódico, que em decorrência da instituição do Regime Militar no Brasil em 1964, foi fechado. Nesta pesquisa, propomos trabalhar com o conceito de representação, estabelecendo um diálogo com Pierre Bourdieu. No sentido de analisarmos, os discursos presentes em documentos policiais e em exemplares do jornal. De acordo com a análise de discursos repressivos, a violência simbólica foi praticada contra as atividades do periódico comunista, visando deste modo estigmatizá-las. Nos relatórios, investigadores procuravam legitimar suas representações de mundo sobre as notícias, qualificando como subversivas e sediciosas, representando as forças políticas de Moscou. Discursos presentes em matérias jornalísticas são considerados portadores de visões de mundo de membros do PCB, que acreditavam que seria desenvolvida a revolução democrático burguesa no país, através da aliança entre operários e camponeses. No caso da imprensa comunista, o trabalho com o conceito de representação permitirá discutir que a militância pecebista teria como finalidade, a conquista do poder, ao defender a realização de uma Reforma Agrária e atingir as demandas das classes trabalhadoras rurais nas páginas do Terra Livre. Procurando transformar discursos partidários, “particulares”, como se fossem defendidos pelos trabalhadores rurais. Este diário teria como uma de suas atribuições, a realização da propaganda do PCB entre os trabalhadores rurais, visando à divulgação de suas diretrizes. Nesta pesquisa, propomos trabalhar com materiais históricos da repressão do DEOPS/SP ao Jornal Terra Livre. Constituídos pelo Dossiê 30-B - 209 e pelo Prontuário do Jornal Terra Livre, contendo relatórios de investigações de policiais, autos de busca e apreensão de exemplares, resoluções sobre política de imprensa, certidões de registro e processo formulado pelo Advogado Cícero Viana contra os agentes que se mantinham a serviço do discurso oficial. As fontes sobre a repressão ao periódico em tela se mantêm sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo até os dias atuais, microfilmadas. A disposição do público e de pesquisadores que tenham interesse em (re) constituir, o olhar vigilante do DEOPS/SP sobre este diário. Seus exemplares, publicados entre os anos de 1949 e 1964, são fontes muito ricas. Ao serem analisadas, permitirão compreender as lutas políticas dos trabalhadores rurais sob a forma de Associações de Trabalhadores Rurais e Sindicatos no interior paulista. Neste trabalho não apresentamos resultados, pois se trata de um projeto de mestrado em execução, que se encontra em fase inicial.

Palavras-Chave: Partido Comunista. DEOPS/SP. Terra Livre. Imprensa Partidária.

Introdução:

Esta pesquisa de mestrado está sendo desenvolvida, devido ao interesse em trabalharmos com o tema da repressão do DEOPS/SP a um órgão de imprensa partidária, neste caso o Jornal Terra Livre. Seria voltado aos trabalhadores rurais, em regiões brasileiras em que haveria conflitos envolvendo fazendeiros e camponeses. O recorte temporal escolhido compreende o período de sua existência. Foi constituído em 1949, e teve seu fechamento em 1964, com a instituição do Regime Militar do país. O dossiê 30-b-209, possui seis pastas de documentação policial, contendo relatórios das investigações das delegacias de Ordem Política e de Ordem Social, jornais e balanços as atividades do partido que foram apreendidos. Estas fontes estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo no fundo DEOPS/SP na capital paulista. O Prontuário do Terra Livre, reúne documentos sobre as atividades das delegacias de Polícia do Interior, que exerceram olhares vigilantes sobre a imprensa comunista.

No campo da pesquisa histórica, foram desenvolvidos trabalhos sobre a repressão do DEOPS/SP a movimentos sociais rurais no interior paulista. Entretanto, devemos realizar uma importante ressalta nesta discussão. Partindo deste pressuposto, entendemos que o trabalho sobre a repressão ao Terra Livre, ainda está por desenvolvido.

O DEOPS/SP seria caracterizado como “Aparato Repressivo” do “Estado”, e como “Polícia Política”. Mantinha vínculo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Responsável pelo aprisionamento de envolvidos em desordens políticas e/ou sociais configuradas em lei. Considerados inimigos do Governo, que pudessem desestabilizá-los. Principalmente se utilizassem da palavra impressa para divulgar suas idéias políticas perante a sociedade. O Terra Livre foi instrumento doutrinário no campo, ao mesmo tempo em que divulgou as injúrias que os trabalhadores rurais estariam submetidos.

A repressão a Imprensa Comunista: O caso do Jornal Terra Livre

Através da análise de notícias publicadas nos exemplares do Terra Livre, entendemos que o PCB procurava divulgar suas idéias políticas aos trabalhadores rurais, visando à constituição de células comunistas para distribuírem o jornal e coletarem assinaturas.

Grande parte do periódico era dedicada á divulgação dos conflitos e á narrativa das condições de vida de determinados segmentos. Destaque especial era dado aos trabalhadores da cana-de-açúcar, plantadores de algodão, em especial “arrendatários”, “posseiros”. Em suas páginas faziam-se denúncias sobre violências sofridas pelos trabalhadores do campo. Ele era também um instrumento de convocação e de divulgação, sempre dando ênfase aos encontros e congressos, que eram apresentados como momentos de união de forças e como sinal de novos tempos que se aproximavam. (MEDEIROS; 1995; p.209).

Este periódico foi o único jornal da imprensa comunista que seria voltado exclusivamente aos “homens do campo”. Ao contrário do Voz Operária e do Jornal Hoje, que tinham o operariado urbano como público-alvo. O jornal em tela possuía linguagem simples, devido aos interesses da direção do PCB, em facilitar o entendimento dos trabalhadores do campo. Ao invés de teorias políticas de difícil assimilação. Tinha a preocupação de que o diário não se mantivesse restrito aos militantes, visando desta forma ampliar a quantidade de leitores.

Na imprensa comunista, constantemente fizeram alusões ao termo “camponês”, ao descrever a luta pela Reforma Agrária por parte dos lavradores no interior paulista.

A utilização do termo camponês pelo Partido Comunista acaba por assumir um caráter político, herdado da cultura européia, enquanto sinônimo de revolução de massas, como ocorreu na “Revolução Francesa”. Outros motivos para o Partido Comunista utilizam-lo, decorre do ideário defendido pela Internacional Comunista no que se refere ao homem do campo como camponês, valorizando-o como cidadão capaz de desencadear uma revolução. (SILVA, 2003, p.24).

Este jornal foi constituído pelo PCB¹ em um período em que as Ligas Camponesas foram fechadas em inúmeras regiões brasileiras, diante de ações repressivas de policiais e de jagunços que se mantinham a serviço dos latifundiários. Sua redação se localizava na cidade de São Paulo. Procurava orientar as Ligas Camponesas remanescentes da metade da década de 1940, que resistiram à repressão e continuaram exercendo suas atividades junto aos trabalhadores rurais. O periódico foi responsável pela realização da propaganda das bandeiras do PCB no campo (MEDEIROS; 1995 p.208). Nestor Veras enfatizou que o Terra Livre² havia sido o primeiro Jornal voltado às lutas políticas dos camponeses. Atribuindo uma importância significativa para que a ULTAB³ fosse constituída em 1954. O primeiro número saiu no dia 5 de maio de 1949, em uma oficina clandestina.

Era preciso orientar os camponeses em suas lutas, espalhar as experiências e protestar contra os crimes que os latifundiários e os governos praticavam contra os que lutavam pelos seus direitos no campo. E foi assim que o Terra Livre apareceu como órgão de luta, de organização e orientação, tarefa que vem sendo continuada⁴.

Poucos trabalhos foram desenvolvidos sobre a estrutura do Terra Livre. A socióloga Leonilde Servolo de Medeiros analisa a atuação do PCB no campo através deste periódico e a busca em constituir linguagem de classe. Reforçava que não tinha periodicidade regular, que às vezes buscava ser quinzenal e até semanal. Os exemplares foram produzidos a cada quinzena, mas salientava que houve momentos críticos que a regularidade era menor.

É o caso dos anos 1957, 1958 e 1959, durante os quais foi editado um total de dez números (média de três por ano). No entanto, é difícil atribuir essa irregularidade estritamente a repressão ou à falta de recursos, como podem levar a supor campanhas mobilizatórias no sentido de angariar doações para o Jornal. Ela aparece coincidir com momentos de crises internas e reajustamentos políticos no interior do PCB, quando a energia do partido se voltou principalmente para a discussão e redefinição de suas linhas políticas. Como um dos setores mais frágeis do trabalho comunista, certamente a intervenção no campo foi bastante afetada. (MEDEIROS, 1995, p.204)

Campanhas mobilizatórias⁵ foram realizadas não apenas para arrecadar doações financeiras por parte da direção do diário. Inclusive no sentido de expandir seu contingente de agentes em todo país. Aos seus leitores, fizeram solicitações para se tornarem agentes do Terra Livre. A partir deste pressuposto, percebemos a preocupação da direção do jornal em ampliar sua circulação, em áreas que haveria lutas pelas posses de terras. Uma de suas atribuições seriam a realização da propaganda do periódico e a distribuição de exemplares em fazendas e usinas de cana-de-açúcar. Locais em que haveria quantias significativas de trabalhadores, que poderiam ser propício às discussões sobre as notícias. Principalmente a constituição de comitês para a realização da Reforma Agrária.

Os trabalhadores rurais eram predominantemente analfabetos, ou tinham pouca instrução escolar. Os diretores do partido se preocupavam com esta situação. Temiam que o jornal fosse lido por poucos. Nesta perspectiva, em matérias publicadas, procurava estimular a realização de leituras em grupo. Quem fosse alfabetizado, realizaria a leitura em voz alta aos demais, deste modo, todos teriam acesso. Elizabeth Teixeira, líder camponesa, realizava na Liga Camponesa de Sapé, a leitura do jornal em voz alta aos trabalhadores rurais (MEDEIROS; 1995.p.209).

Ao dialogarmos com Medeiros, compreendemos que militantes comunistas foram responsáveis pela organização de congressos em que foram debatidas questões políticas no

campo. Tendo, destaque nas matérias jornalísticas do Terra Livre. Se fossem qualificados de caráter nacional, tinham destaque como matéria de capa, ocupando espaço na primeira página. Em conferências, não haveria apenas a presença de trabalhadores e militantes do PCB. Políticos que cediam espaços públicos a até mesmo auxílio financeiro. Isso se deve ao reconhecimento dos lavradores como cidadãos políticos, legitimado pelo jornal Refletindo em prisões efetuadas por parte de policiais em cidades interioranas (MEDEIROS; 1995; p.251).

Os lavradores foram interpretados pelos repressores, como “sujeitos”, que deveriam num primeiro momento, serem protegidos das investidas de comunistas. Ao manterem contato com células pecebistas, ou com o Terra Livre, houve uma inversão, sendo considerados ameaças ao país, por serem subversivos e sediciosos. Constituindo-se como males que poderiam contaminar a sociedade. Portanto, caberia aos policiais, proteger a sociedade contra possíveis “transgressores”, salvando-a da ameaça comunista, de acordo com discursos saneadores. A “imagem” do salvador foi constituída, pelos policiais, cabendo a estes, protegerem as pessoas de bem, contra as ameaças do “mal”, personificadas não apenas em comunistas, mas em trabalhadores que participavam de atividades políticas através de sindicatos e associações de trabalhadores. (GIRARDET; 1987; p.16)

Os documentos produzidos sobre a repressão do DEOPS/SP ao Terra Livre, permitem ao historiador compreender, que os comunistas seriam alvos privilegiados das ações policiais, tanto investigativas como repressivas. Principalmente aqueles que realizavam a leitura do jornal em voz alta aos trabalhadores analfabetos.

O comunista tornou-se alvo constante, embora o único, da investida policial a doutrinas ditas exóticas. Seus militantes e simpatizantes seriam igualmente inimigos em potencial do Estado, fenômeno comum em outras nações como os Estados Unidos, Argentina, Portugal, Espanha e Alemanha, dentre outras. (BRUZANTIN, 2003, p. 33)

Militantes comunistas durante muitos anos foram alvos muito visados das atividades do DEOPS/SP, independentemente de atuarem na capital ou no interior de São Paulo. Principalmente na conjuntura pré-1964, período em que seria considerada principal agremiação partidária de esquerda (RIDENTI; 1993; p.25).

O trabalho com relatórios da repressão torna-se fundamental, no sentido (re) constituirmos como este órgão haveria observado as atividades desenvolvidas pela Terra Livre. Imprimido sua violência simbólica ao desqualificá-las e estigmatizá-las (BOURDIEU; 2003; p.151). Sendo considerado “Aparato Repressivo” do Estado (AQUINO, 2002; p.17).

Diante da análise desta documentação, compreenderemos os mecanismos utilizados pelos policiais para impedir que o jornal circulasse em ambientes rurais. A simples presença de trabalhadores reunidos despertaria a atenção de policiais, pois um leitor poderia contar aos demais as notícias do campo. Cada Delegado de Polícia, tinha consciência de que a leitura do periódico poderia resultar na constituição da consciência política. Muitas manifestações grevistas realizadas foram influenciadas pelas suas notícias. Temor sofrido pelos policiais e fazendeiros.

O trabalho com Prontuário da Terra Livre permite (re) construir o olhar vigilante das delegacias de polícia do interior paulista sobre o jornal Terra Livre. Através de um contato com a documentação, compreendemos que haveria estabelecida uma hierarquia político-administrativa. Envolvendo as delegacias locais, as delegacias regionais e as delegacias especializadas do DEOPS/SP. A de Ordem Política e a de Ordem Social. Diante da dificuldade destas duas, em investigar cidades interioranas. O estabelecimento desta hierarquia possibilitaria estender suas ações repressivas e investigativas em todo o Estado.

Isto porque, em todos os campos do território nacional, o local em que tais práticas proliferaram e fizeram viger sua esfera de atuação foi dos recantos obscuros e sombrios da vigilância sobre os cidadãos considerados “suspeitos”. E aí, segundo o período vivenciado, a margem poderia ser relativa ou atingir quase a totalidade da

sociedade, sem que esta tivesse conhecimento. Protegem-se com e beneficiam-se das sombras que os envolvem, permitindo que se infiltrem capilarmente nos recônditos cantos das relações sociais, espalhando o temor e a desconfiança (AQUINO, 2002, P.19-20).

Diante da preocupação de entendermos às formas adotadas pelo DEOPS/SP, para impedir que os exemplares do Terra Livre chegassem ao meio rural, à “Geopolítica do Controle” torna-se um referencial teórico fundamental (BRUZANTIN; 2003; p.26). Cada delegado de polícia de um determinado município teria como atribuições, investigar áreas rurais e exercer vigilância sobre responsáveis pelas coletas de assinaturas e pelas distribuições de exemplares em fazendas e usinas. A vigilância policial no espaço físico em cada cidade, seria estratégia muito visada pelo para eliminar o crime político. Este órgão procurava imprimir sua mentalidade autoritária em todos os recantos, e em alguns casos, o simples fato de um indivíduo ter familiares envolvidos em atividades do Terra Livre em áreas rurais, poderia torná-lo um suspeito em potencial. Caso os exemplares fossem encontrados com militantes comunistas e trabalhadores rurais, prisões seriam decretadas e inquéritos instaurados. Seriam encaminhados ao Ministério Público, caso fossem aceitos, tornar-se-iam, processos judiciais.

Conhecimento, vigilância e ação funcionavam como uma ação combinada destinada a conter todo e qualquer movimento político que pudesse desestabilizar o regime. Dessa forma, não só as informações de cunho político eram valorizadas, como também as econômicas, sociais e geográficas. Considerações relevantes (localização geográfica, vizinhança, linhas de comunicação e transporte), nos oferecem múltiplas hipóteses de análises sobre a prática repressiva policial. Registrar a posição geográfica e política de uma cidade no espaço nacional era uma forma de supervisionar a circulação dos “subversivos” que da capital para o interior, procuravam “fazer a revolução”. Diante de qualquer ação sediciosa, os caminhos indicativos dos suspeitos indicativos já estariam esquematizados e o crime identificado. As cidades vizinhas, possivelmente seriam acionadas e as estradas de ferro e rodovias vigiadas. Cabia á polícia cercar os cidadãos através do mapeamento sistemático dos possíveis espaços de ação de fuga. (BRUZANTIN, 2003, p.23-24).

Através de um contato com o Prontuário do Terra Livre, observamos que as cidades do interior seriam locais visados a distribuição de exemplares, sendo remetidas quantias significativas. Necessárias a politização dos trabalhadores. Autoridades temiam que os exemplares chegassem aos trabalhadores. Ao serem apreendidos pelos policiais, foram anexados aos relatórios como provas materiais articuladas do crime político.

A documentação sobre este jornal possibilita-nos compreender que os discursos da polícia política, são porta-vozes dos interesses do “Estado”, que não concordava com o desenvolvimento de atividades de imprensa que contrariassem a Ordem Estabelecida. Matérias jornalísticas exerceram influências na constituição de Associações de Trabalhadores Rurais na região da Sorocabana, Noroeste e Alta Paulista. Contando com apoio de políticos e membros da ULTAB. Despertando ainda mais a vigilância sobre sua circulação.

Entretanto, deve-se fazer um esforço de análise sobre a resistência desencadeada pelos indivíduos que realizavam a distribuição dos exemplares. Partindo deste pressuposto, não ficaremos restritos apenas a repressão articulada. Subterfúgios foram constituídos com o objetivo de dar prosseguimento às atividades do jornal, contornando os obstáculos impostos pelos censores do “Estado”. Uma das formas de resistência foram às constantes mudanças dos locais que abrigavam a redação do Terra Livre. Investigações foram realizadas na sede do jornal pelos policiais. No início das atividades políticas, as distribuições foram realizadas através dos serviços dos correios. Diante das investidas policiais, carros de passeio e de trens, se tornaram meios utilizados nesta tarefa. As agências dos correios da capital paulista foram alvos fáceis e muito visados. Em muitos casos para não deixar suspeitas, exemplares foram enrolados em papéis de embrulhos.

Militantes do PCB utilizavam-se da Estrada de Ferro Sorocabana para a realização das distribuições do jornal, nos municípios de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Rancharia (LIMA; 2009; p.119). Os exemplares foram deixados nas porteiras das fazendas, de madrugada, com a finalidade de não despertar suspeitas dos policiais.

Os exemplares do Jornal Terra Livre e os relatórios policiais são fontes classificadas como voluntárias (ARÓSTEGUI; 2006; p.489). No primeiro caso, reflete o imaginário de membros do PCB que atuavam na direção do jornal e observaram nos lavradores, sujeitos com potencial revolucionário, que poderiam contribuir para a instituição de um regime socialista no país. No segundo caso, valores de policiais que se mantinham a serviço do discurso oficial.

O trabalho com o conceito de representação abre espaço para analisarmos que a “Polícia Política”, haveria constituído suas representações e percepções sobre as notícias do Terra Livre. Justificando perante a sociedade, as ações empregadas contra suas atividades. Em decorrência dos documentos de investigações, serem manipulados por policiais, visando à defesa de interesses da repressão e não da sociedade.

Valores e percepções de mundo foram atribuídos às notícias, pelos componentes que se mantinham a serviço da repressão. Procurava de esta forma legitimar a imagem de “salvadores” (GIRARDET; 1987; p.15). Livrando a sociedade das forças das “trevas”, representada pelo Terra Livre e pelos comunistas que atuavam junto aos trabalhadores rurais. O mito da conspiração comunista no campo brasileiro, foi constituído através da “Política de Imprensa”, desenvolvida pelo Terra Livre.

Autoridades políticas realizavam interpretações sobre o passado, visando à legitimação de suas tomadas de posição no presente. A partir desta premissa, autoridades do DEOPS/SP, procuravam justificar suas ações contra este periódico, ao descreverem o episódio da Intentona Comunista de 1935⁶. A vigilância sobre os comunistas, seriam mecanismos eficazes para impedir que uma Nova Intentona Comunista, viesse a ser desencadeada

O Aparato Repressivo do “Estado” procurou proteger os interesses das oligarquias rurais. Tais oligarquias mantinham seus interesses compactuados com o governo estabelecido com a Revolução de 1930 (DECCA; 1978; p.19). Muitos membros deste grupo exerciam cargos políticos, e influências consideráveis nas esferas sociais e econômicas. Procurando defender interesses de classe, ao invés de interesses dos trabalhadores rurais.

As idéias políticas comunistas, não foram bem vistas pelas forças policiais, que relataram às ameaças que constituíam a Ordem Pública e a Segurança Nacional do país. A utilização do termo Segurança Nacional, em relatórios analisados, foi recurso que procurava justificar as atividades repressivas realizadas sobre o jornal, procurando legitimá-las perante a sociedade.

Para as forças policiais, as notícias do Terra Livre, seriam ameaças ao governo vigente. Segundo discursos repressivos, possuíam caráter didático no que concerne a agitações e de métodos violentos de insurreição no campo. Em ambientes que deveriam permanecer a paz social e a harmonia entre patrões e empregados. Para policiais, a fraternidade entre trabalhadores e patrões estaria ameaçada, diante da penetração de células comunistas, e de exemplares que estimulavam a politização em forma de associações ou sindicatos. Segundo o ideário repressivo, as notícias estimulavam os trabalhadores a utilizar-se de métodos violentos contra seus patrões, nem que fosse preciso utilizar-se de armas de fogo, machados e foices.

As matérias, para os praças, serviriam à divulgação de métodos terroristas e importados da URSS de subversão no espaço agrário em que a militância pecebista atuava, sendo responsáveis pela divulgação do credo de Moscou. Estimulariam a realização de

manifestações grevistas em fazendas, principalmente em períodos de colheita. Constituindo uma ameaça a economia do país e ao seu desenvolvimento.

Considerações Finais:

A partir do que foi trabalhado ao longo deste artigo, o contato com documentos do DEOPS/SP, possibilitou ter uma experiência inicial de trabalho com o tema da repressão ao Terra Livre. Que não poupou esforços em censurar idéias políticas, impressas de membros comunistas que observaram os camponeses, como sujeitos importantes para a realização de uma Revolução Operário-Camponesa.

No momento em tivermos contato com as fontes, novos materiais poderão ser introduzidos no objeto de estudos, modificando sua configuração. Apesar de ser um projeto em fase inicial, possibilita-nos compreender que materiais da repressão, podem se constituir como importantes documentos de análise da trajetória de grupos políticos e de movimentos sociais rurais. Que foram objetos de investigações, devido ao fato de serem “reconhecidos”, como atores políticos, capazes de constituir ameaças classes dominantes no campo.

A Polícia teria como atribuições, proteger a sociedade contra transgressores da Ordem e a paz social. A polícia ao incorporar no rol de suas atribuições a função “Política”, passou a defender interesses de grupos dominantes.

Este artigo pode dar margem de aberturas às discussões sobre a repressão a movimentos sociais rurais e os meios encontrados para tal intento. As investigações nos mostraram que a atuação do DEOPS/SP, se encontraria minimamente presentes nos locais mais improváveis, demonstrando o medo que as atividades políticas no campo despertariam aos grupos, que o órgão defendia os interesses. Apesar de trabalharmos com o tema da repressão nesta discussão, temos em vista que este trabalho possui certas limitações. Não sendo capaz, de apresentar resultados, já que se trata de uma pesquisa de mestrado em fase inicial. Principalmente no que concerne a eficácia da resistência articulada, de modo que o jornal continuasse circulando.

Referências Bibliográficas:

AQUINO, M.A. de. O Dissecar da Estrutura Administrativa do DEOPS/SP (1924 – 1983). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

ARÓSTEGUI, J. A Pesquisa Histórica: Teoria e Método. Bauru: Edusc, 2006.

BOURDIEUR, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRUZANTIN, B. de. Na Boca do sertão: O perigo político no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Inventário DEOPS/SP, Módulo VIII-Geopolítica do Controle).

DECCA, E. O Silêncio dos Vencidos: A revolução de 1930”. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GIRARDET, R. Para uma introdução do imaginário político. IN: GIRARDET, Raoul MITOS e Mitologias Políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MEDEIROS, L.S.de lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas, 1995.

_____ Os trabalhadores rurais na política: O papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: COSTA, L.F. C; SANTOS, R. (ORG). Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

RIDENTI, M. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP, 1993.

SILVA, E. A.da. O despertar do campo: Lutas Camponesas no interior do Estado de São Paulo; São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

SKIDMORE, T. Brasil: de Getulio a Castelo (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹ Como observou Radoico Guimarães na Matéria intitulada “Como nasceu o Terra Livre”, este periódico foi constituído em 1949 no bairro do Ipiranga na cidade de São Paulo, e desde o seu primeiro número, o Jornal circulava numa situação de clandestinidade. A constituição do Jornal Terra Livre foi descrita por Radoico como uma vitória dos camponeses que passaram a ter o seu próprio Jornal. No início, este periódico se chamava “Nossa Terra” e depois passou a se chamar Terra Livre, conservando este nome que durou até 1964, período caracterizado pelo seu fechamento. TL, São Paulo, 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de Aniversário.

² O Terra Livre descrevia em suas primeiras páginas, que a sua redação se localizava na cidade de São Paulo na Rua José Bonifácio nº29, no 10º andar sala 103. Este Jornal teve como dirigentes entre os anos de 1953 e 1964 Oswaldo Gomes, Declieux Crispin e Sosthenes Jambo proprietário deste Jornal era Heros Trench e tiveram como colaboradores Lyndolpho Silva, Radoico Guimarães e Nestor Veras. Ver: CASTANHO, S.M. *Políticas e Lutas Sociais no Campo: Organização dos Trabalhadores Rurais, Legislação Trabalhista e Reforma Agrária (anos 1950 e 1960)*.

³ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi criada em 1954 sob a influência do PCB. Procurava organizar sindicatos de trabalhadores rurais (assalariados) e Associações de trabalhadores. (Camponeses). De acordo com a ótica deste organismo, os sindicatos seriam importantes para a defesa dos assalariados rurais. Havia casos em que deveriam ser privilegiada á formação de Associações, visando à defesa dos camponeses.

⁴ O Terra Livre e as lutas dos camponeses. Nestor Veras. TL, São Paulo, cinco de maio de 1949 a cinco de maio de 1963-Suplemento de Aniversário.

⁵ “Seja um agente de Terra Livre”. TL, Ano XIV. Nº132. São Paulo. Março de 1964.

⁶ A Intentona Comunista de 1935 foi uma tentativa de insurreição organizada por parte do PCB com o objetivo de introduzir um Regime comunista no país, segundo a estratégia delimitada pela sua ala revolucionária. Para Thomas Skdmore, esta ala havia deixado de lado qualquer tipo de tática de frente popular, reivindicando deste modo a articulação de um levante armado. Os militares revolucionários das guarnições de Natal e Recife promoveram uma quartelada, que resultou na morte de oficiais superiores, mas, no entanto os militares subalternos e rebeldes da região Nordeste tinham falhado ao coordenar o seu golpe com os conspiradores do Sul. Os comandos locais foram alertados e a revolta foi facilmente controlada no Rio de Janeiro quando os rebeldes haviam se movimentado. Ver: SKIDMORE, T. Brasil: de Getulio a Castelo (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.